SARON FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 64.104.152/0001-17

Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ: 16.695.922/0001-09

Demonstração Financeira

Período de 19 de dezembro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026.

NÃO AUDITADO

Conteúdo

Demonstração da posição financeira..... 1
Demonstração do resultado..... 2
Demonstração das mutações no patrimônio líquido..... 3
Demonstração do fluxo de caixa - Método direto..... 4
Notas explicativas às demonstrações financeiras..... 5

NÃO AUDITADO

SARON FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 64.104.152/0001-17
Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
CNPJ: 16.695.922/0001-09

Demonstração da posição financeira
Em 28 de fevereiro de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	28/02/2026	% sobre o patrimônio líquido
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	**3.281**	**4,08**
Cotas de fundos de investimento	**3.281**	**4,08**
ID RF Longo Prazo FIC FI	3.281	4,08
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	**77.169**	**96,01**
Direitos creditórios a vencer (Nota 5.b)	77.085	95,91
Direitos creditórios vencidos (Nota 5.b)	108	0,13
(-) Provisão para perdas no valor recuperável (Nota 5.h)	(24)	(0,03)
Total do ativo	**80.450**	**100,09**
Passivo		
Valores a pagar	**74**	**0,09**
Direitos creditórios a identificar (Nota 5.i)	52	0,06
Taxa de administração	12	0,02
Impostos a recolher	8	0,01
Taxa de consultoria	1	-
Taxa de custódia	1	-
Total do passivo	**74**	**0,09**
Patrimônio líquido	**80.376**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**80.450**	**100,09**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NÃO AUDITADO

SARON FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 64.104.152/0001-17
Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
CNPJ: 16.695.922/0001-09

Demonstração do resultado
Período de 19 de dezembro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais)

Composição do resultado do período	De 19/12/2025 a 28/02/2026
Direitos creditórios	**2.162**
Rendas com direitos creditórios (Nota 5.e)	2.186
(-) Provisão para perdas no valor recuperável (Nota 5.h)	(24)
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	**568**
Cotas de fundos de investimento	**568**
Reconhecimento de ganhos com cotas de fundos de direitos creditórios	366
Reconhecimento de ganhos com cotas de fundos de renda fixa	202
Despesas	**(57)**
Taxa de gestão (Nota 11)	(16)
Taxa de consultoria (Nota 11)	(16)
Taxa de administração (Nota 11)	(11)
Despesas do sistema financeiro	(4)
Taxa de custódia (Nota 11)	(1)
Outras despesas	(9)
Resultado do período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**2.673**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SARON FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 64.104.152/0001-17
Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
CNPJ: 16.695.922/0001-09

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Período de 19 de dezembro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quantidade e valor unitário das cotas)

	De 19/12/2025 a 28/02/2026
Patrimônio líquido no início do período (Nota 9.b)	**30.284**
Emissão inicial representada por 398,480000 cotas subordinadas a R$ 1.000,000000 cada	398
Emissão inicial representada por 29.886,000000 cotas sêniores a R$ 1.000,000000 cada	29.886
Resultado do período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**2.673**
Emissão de cotas (Nota 9.b)	**47.419**
Representado por 4.892,631190 cotas subordinadas	5.579
Representado por 41.026,580678 cotas sêniores	41.840
Variação decorrente da movimentação de cotas	**47.419**
Patrimônio líquido no final do período	**80.376**
Representado por 5.291,111190 cotas subordinadas a R$ 1.357,883065 cada	7.185
Representado por 70.912,580678 cotas sêniores a R$ 1.032,138535 cada	73.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SARON FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 64.104.152/0001-17
Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
CNPJ: 16.695.922/0001-09

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método direto
Período de 19 de dezembro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais)

	De 19/12/2025 a 28/02/2026
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Compra de direitos creditórios	(80.548)
Recebimentos de direitos creditórios e juros	5.594
Aplicação de cotas de fundos de investimentos	(102.513)
Resgates de cotas de fundos de investimentos	99.799
Pagamento de taxa de gestão	(16)
Pagamento de taxa de consultoria	(15)
Demais pagamentos/recebimentos	(4)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(77.703)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Cotas emitidas	77.703
Caixa líquido das atividades de financiamento	**77.703**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**-**
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquidos das atividades operacionais	
Resultado do exercício/período	**2.673**
Resultado com direitos creditórios	(2.186)
Provisão para perdas no valor recuperável dos ativos	24
Resultado com cotas de fundos de investimento	(568)
Redução (aumento) de outros ativos	(77.668)
(Redução) aumento de outros passivos	22
Caixa líquido das atividades operacionais	**(77.703)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SARON FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 64.104.152/0001-17
Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
CNPJ: 16.695.922/0001-09

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 19 de dezembro de 2025 (data de início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outras formas)

1 Contexto operacional

O **Saron Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("Fundo")**, foi constituído em 15 de dezembro de 2025, sob a forma de condomínio de natureza especial fechado com prazo de duração indeterminado, e iniciou suas atividades em 19 de dezembro de 2025.

O Fundo, conforme atual disposição e vigência da Resolução CVM nº 175, é considerado como um Fundo de Classe Única ("Classe"). O Fundo poderá ter subclasses de cotas, que serão divididas em cotas sêniores, cotas subordinadas mezanino e cotas subordinadas júnior.

O Fundo tem como objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos seus cotistas pela valorização de suas cotas realizada por meio da aplicação preponderante de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios consignados, conforme critérios de elegibilidade previstos no regulamento, bem como, ativos líquidos, conforme definições descritas no regulamento.

O Fundo é destinado a investidores exclusivamente profissionais e qualificados, definidos como tal pela Resolução CVM nº 30/2021.

O Fundo estabelecerá uma rentabilidade alvo para as subclasses de cotas, sem que isto represente uma garantia ou promessa de rentabilidade das aplicações:

Subclasse de cotas	**Remuneração**
Cotas senior	CDI + 3,50 % a.a.

A cota subordinada não terá meta de remuneração.

As remunerações a serem seguidas pelas cotas do Fundo, não representam, e nem deverão ser consideradas promessas ou garantias de rentabilidade aos cotistas. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.

A administração do Fundo, em conformidade com a Resolução nº 5.111 do Conselho Monetário Nacional e da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 classificou o Fundo como uma "Entidade de Investimento". Essa classificação foi estabelecida com base no cumprimento simultâneo das seguintes condições:

a) Captam recursos de um ou mais investidores para investir em um ou mais ativos;
b) É gerido, discricionariamente, por agente habilitado e autorizado para o exercício dessa atividade, conforme exigido pela legislação; e
c) Define em seu regulamento e nos demais documentos constitutivos, quando houver, estratégias a serem utilizadas para geração de retorno ao investidor, consistindo em uma ou mais das seguintes estratégias:

- Investimento e desinvestimento dos ativos que compõem a carteira do Fundo, observada a estratégia, as condições de mercado e, quando aplicável, o prazo nela

NÃO AUDITADO

estabelecido, de forma a maximizar o retorno para os cotistas;

- Investimento e manutenção, no todo ou em parte, dos ativos que compõem a carteira do Fundo de acordo com sua política de investimentos até a liquidação de tais ativos, por meio de seu pagamento ou de qualquer forma de negociação de tais ativos ou até a liquidação do Fundo, objetivando retorno na forma de apreciação do capital, renda ou ambos; e

- Investimento e manutenção dos ativos que compõem a carteira do Fundo, sem prazo definido para liquidação ou desinvestimento, buscando a apreciação do capital investido e a realização de retorno por meio de resgate ou de amortização de cotas ou de mecanismos que assegurem a negociação de cotas no mercado secundário.

O Fundo está sujeito a um conjunto de riscos, incluindo flutuações de mercado, riscos de liquidez, concentração de ativos e inadimplência de devedores, que devem ser cuidadosamente considerados pelos investidores antes de realizarem qualquer investimento.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do administrador, da gestora ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O Fundo adota para seus cotistas o regime de responsabilidade limitada ao valor das cotas subscritas, nos termos do artigo 18 da Resolução CVM n° 175/22.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, regulamentados pela Instrução nº 489/11 e Resolução nº 175/22, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação desses instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação da demonstração financeira.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas para o período de 19 de dezembro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026, em função do início das atividades do Fundo em 19 de dezembro de 2025, e, portanto, não há comparação com o período anterior.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração do Fundo em 25 de maio de 2026 que autorizou sua divulgação.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a) Apropriação de receitas e despesas

NÃO AUDITADO

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem o numerário em espécie e depósitos bancários à vista e instrumentos financeiros que atendam cumulativamente aos seguintes critérios: (i) ser mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos; (ii) ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa; (iii) estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor; e (iv) ter vencimento de curto prazo, de três meses ou menos.

c) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição acrescidos do custo de transação, quando na categoria de custo amortizado, e após reconhecimento pela curva ou valor justo, dependendo de sua classificação contábil.

d) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Está categoria está composta pelas cotas de fundos de investimento.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados utilizando o método da taxa efetiva de juros, apurada no início da operação. Esses ativos estão sujeitos a provisões para perdas sempre que houver evidência de redução do seu valor recuperável. Esta categoria está composta pelos direitos creditórios.

e) Títulos e valores mobiliários

O Fundo classifica seus títulos e valores mobiliários na categoria “mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

NÃO AUDITADO

Cotas de fundos

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pelo valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos de investidos, sendo a melhor estimativa da administração de valor justo desses ativos. A valorização e/ou a desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas no resultado na rubrica em "Reconhecimento de ganhos".

f) Direitos creditórios

O Fundo classifica os seus direitos creditórios como:

(i) A vencer – os direitos creditórios vincendos são mensurados pelo critério de custo amortizado, através do seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa definida em contrato com o cedente ou pela taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis.* A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

(ii) Vencidos - Os direitos creditórios quando vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos**.**

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

(i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;

(ii) Operação sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

Essa classificação é de responsabilidade da administradora que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado aos direitos creditórios objeto da operação.

g) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação é registrada sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, a provisão é mensurada em valor equivalente às perdas de crédito esperadas, avaliada de forma individual ou coletiva.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda deve ser mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

NÃO AUDITADO

A reversão da provisão por perdas anteriormente constituída deve ser feita desde que haja uma melhora na estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

A administração realiza o provisionamento de acordo com a faixa de atraso dos direitos creditórios e percentual definido pelo histórico de inadimplência dos FIDC, conforme demonstrado a seguir:

Nível de risco	Dias em atraso	% de provisão
A	A vencer	0,00%
B	A vencer e vencidos até 14 dias	0,50%
C	A vencer e vencidos em até 30 dias	1,00%
D	A vencer e vencidos em até 60 dias	3,00%
E	A vencer e vencidos em até 90 dias	10,00%
F	A vencer e vencidos em até 120 dias	30,00%
G	A vencer e vencidos em até 150 dias	50,00%
H	A vencer e vencidos em até 180 dias	70,00%
I	A vencer e vencidos acima de 180 dias	100,00%

Demais práticas contábeis

a) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras que originam ajustes: o Fundo deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para que reflitam os eventos subsequentes que evidenciem condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Se o Fundo, após o período a que se referem as demonstrações financeiras, receber informações sobre condições que existiam até aquela data, deve atualizar a divulgação que se relaciona a essas condições, à luz das novas informações.

Evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras que não originam ajustes: o Fundo não deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras por eventos subsequentes que são indicadores de condições que surgiram após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Entretanto, sua não divulgação pode influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários com base nas demonstrações financeiras. Consequentemente, o Fundo deve divulgar as informações para eventos subsequentes significativos.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

NÃO AUDITADO

	28/02/2026		
Descrição	**Quantidade**	**Valor de mercado**	**Faixa de vencimento**
Cotas de fundos			
Renda fixa	**2.386**	**3.281**	
ID RF Longo Prazo FIC FI **(a)**	2.386	3.281	Sem vencimento

(a) O **ID RF Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo, CNPJ: 50.269.714/0001-78**, administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi constituído em 05 de abril de 2023 sob a forma de condomínio de natureza especial aberto com prazo de duração indeterminado, iniciou suas operações em 1º de julho de 2023 e destina-se a investidores em geral. O objetivo do fundo é proporcionar a valorização de suas cotas mediante aplicação de seus recursos, de forma preponderante, em ativos de renda fixa, inclusive cotas de fundos de investimento, com carteira de longo prazo, disponíveis no mercado. A política de investimento detalhada prevê a aplicação em ativos de renda fixa, especialmente cotas de Fundos de Investimento (FIs), que apresentem uma carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou privados, de baixo risco de crédito, prefixados ou pós-fixados, e operações compromissadas, bem como a utilização de operações com derivativos, devendo, adicionalmente, manter, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido relacionado à variação da taxa de juros doméstica, a índices de preços, ou ambos e podendo aplicar, todo o restante em outros ativos permitidos, especialmente classes sênior de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIC FIDC).

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de julho de 2025 foram devidamente auditadas, com emissão do relatório do auditor independente em 23 de outubro de 2025, sem modificação de opinião.

No período de período de 19 de dezembro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026, o Fundo auferiu receitas com cotas de fundos de investimento no montante de R$ 568, registrado na rubrica “Reconhecimento de ganhos”.

5 Direitos creditórios

a) Características dos direitos creditórios

Poderá ser realizada a aquisição de direitos creditórios originados ou cedidos pela administradora, gestora, consultoria especializada ou partes a eles relacionadas, desde que:

- A gestora, a entidade registradora e o custodiante dos direitos creditórios não sejam partes relacionadas entre si; e

- A entidade registradora e o custodiante não sejam partes relacionadas ao originador ou cedente, podendo ser maior do que 20% do total do patrimônio líquido do Fundo, caso se adeque nas exceções dos limites de concentração dispostos no regulamento e na regulamentação aplicável.

NÃO AUDITADO

A gestora, mediante decisão estratégica formalizada à administradora, justificadamente, poderá realizar operações de cessão de direitos creditórios para os cedentes e suas partes relacionadas ao longo do prazo de duração do Fundo, com até a totalidade do patrimônio líquido do Fundo.

A gestora não poderá realizar o investimento de até 100% do patrimônio líquido do Fundo em direitos creditórios não-padronizados, com exceção da exposição indireta de até 10% do patrimônio líquido em classes de FIDC que admitam a aquisição de direitos creditórios não padronizados.

Parágrafo 1º São considerados como direitos creditórios não-padronizados os direitos creditórios que possuam ao menos uma das seguintes características:

i. Estejam vencidos e pendentes de pagamento quando da cessão;

ii. Decorrentes de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações;

iii. Resultem de ações judiciais ou procedimentos arbitrais em curso, constituam seu objeto de litígio, tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia;

iv. A constituição ou validade jurídica da cessão seja considerada um fator preponderante de risco;

v. O devedor ou coobrigado seja sociedade empresária em recuperação judicial ou extrajudicial;

vi. Sejam cedidos por sociedade empresária em recuperação judicial;

vii. Sejam de existência futura e montante desconhecido, desde que emergentes de relações já constituídas;

viii. Derivativos de crédito, quando não utilizados para proteção ou mitigação de risco de direitos creditórios; ou

ix. Cotas de FIDC que invistam nos direitos creditórios referidos nas alíneas acima.

Não são considerados direitos creditórios não-padronizados, por sua vez:

i. Direitos Creditórios cedidos por sociedade empresária em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, desde que cumulativamente atendam aos seguintes requisitos:

- não sejam originados por contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e serviços para entrega ou prestação futura; e
- a sociedade esteja sujeita a plano de recuperação homologado em juízo, independentemente do trânsito em julgado da homologação do plano de recuperação judicial ou extrajudicial.

NÃO AUDITADO

ii. Precatórios Federais, desde que cumulativamente atendam aos seguintes requisitos:

- Não apresentem nenhuma impugnação, judicial ou não; e
- Já tenham sido expedidos e remetidos ao Tribunal Regional Federal competente.

Não é admita a aquisição de direitos creditórios decorrentes de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações, ou em direitos creditórios cedidos ou originados por empresas controladas pelo poder público, observadas eventuais exceções previstas na regulamentação aplicável para exposição indireta.

b) Composição dos direitos creditórios por faixa de vencimento

i. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios

Em 28 de fevereiro de 2026

Faixas de vencimento	A vencer	Vencido	Valor contábil	Provisão para perdas total
De 0 a 30 dias	-	108	108	(24)
Acima de 361 dias	77.085	-	77.085	-
Total	**77.085**	**108**	**77.193**	**(24)**

ii. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e benefícios

No período de 19 de dezembro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026, o Fundo não aplicou seus recursos em direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e benefícios.

c) Composição da carteira por natureza de direito creditório e as taxas médias

Em 28 de fevereiro de 2026

Direitos creditórios	Quantidade	A vencer	Vencido	Valor contábil	Provisão para perdas	Taxa média a.a. (%)
CCB	3	77.085	108	77.193	(24)	0,00%
Total	**3**	**77.085**	**108**	**77.193**	**(24)**	

d) Maiores devedores

Em 28 de fevereiro de 2026

NÃO AUDITADO

Maiores devedores	A vencer	Vencido	Valor total	% sobre o total de DC	Provisão para perdas
Devedor 1	77.085	108	77.193	100,00%	(24)
Total	**77.085**	**108**	**77.193**	**100,00%**	**(24)**

e) Movimentação dos direitos creditórios

Direitos creditórios	De 19/12/2025 (¹) a 28/02/2026
Saldo inicial	**-**
Aquisição de direitos creditórios	80.548
Liquidação de direitos creditórios	(5.594)
Rendas com direitos creditórios	2.186
Direitos creditórios a identificar	52
Saldo final	**77.193**

(¹) Data de início das atividades do Fundo.

f) Recompra de direitos creditórios

No período de 19 de dezembro de 2025 (data de início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026, não houve recompra de direitos creditórios pelo cedente.

g) Condições de cessão e critérios de elegibilidade

Considerando-se a estratégia da gestora em relação ao Fundo, bem como a política de investimento do Fundo, são consideradas como condições de cessão:

- Validação formal pela gestora do cumprimento de todos os critérios mínimos exigidos para a existência, validade e eficácia do direito creditório, incluindo, mas não se limitando, a validação: (i) da titularidade; (ii) dos requisitos objetivos mínimos exigidos pela regulamentação aplicável ao direito creditório e sua forma de instrumentalização; (iii) da existência de ônus, gravames e/ou qualquer outro elemento que efetivamente impeça a operação; e (v) do lastro;

- Validação formal pela gestora acerca existência, validade e eficácia de eventual garantia da operação, incluindo, mas não se limitando, a validação: (i) da titularidade; (ii) dos requisitos objetivos mínimos exigidos pela regulamentação aplicável à garantia e sua forma de instrumentalização e registro; e (iii) da existência de ônus, gravames e/ou qualquer outro elemento que efetivamente impeça a concessão da garantia; e

- Inexistência de evento, quando da formalização da operação, que altere qualitativamente as condições da operação.

- Até 20% do patrimônio líquido poderão ser representados por direitos creditórios a performar de um mesmo originador, quando não contarem com garantia de instituição financeira ou de sociedade seguradora;

NÃO AUDITADO

- Até 50% do patrimônio líquido poderão ser representados por créditos a performar; e
- Até 20% do patrimônio líquido poderão ser representados por direitos creditórios de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade.

Adicionalmente ao acima disposto, a gestora deverá, cumulativamente, observar os seguintes critérios de elegibilidade dos direitos creditórios:

- Sejam enquadrados integralmente na política de investimento do Fundo;
- Sejam provenientes de operações regulares e lícitas, nos termos da regulamentação aplicável;
- Não contenha qualquer devedor principal e/ou coobrigado e/ou garantidor listado nas listas restritivas de prevenção ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa do Conselho Nacional de Segurança das Nações Unidas (CSNU);
- O devedor dos direitos creditórios ofertados não seja devedor de outro Direito creditório de titularidade do Fundo, vencido e não pago por mais de 90 dias corridos;
- Não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão; e
- Tenham atendido às condições da cessão.

Na hipótese de os direitos creditórios deixarem de observar quaisquer das condições de cessão e/ou dos critérios de elegibilidade descritos no regulamento após sua aquisição pela gestora, não caberá, por parte dos cotistas, direito de regresso contra a gestora, a administradora ou o custodiante, salvo se comprovada má-fé ou dolo das partes responsáveis, observados os centros e limites de responsabilidades definidos especificamente no regulamento e na regulamentação aplicável.

h) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação

As perdas e provisões com os direitos de crédito serão reconhecidas no resultado do exercício conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução CVM 489 e o Manual de provisão para perdas da administradora.

Em 28 de fevereiro de 2026

Faixa	A vencer	Vencido	Total	% Provisão para perdas	Provisão para perdas
B	77.085	108	77.193	0,03%	(24)
Total	**77.085**	**108**	**77.193**		**(24)**

Movimentação da provisão para perdas

NÃO AUDITADO

Provisão para perdas	De 19/12/2025 (¹) a 28/02/2026
Saldo inicial	-
(Constituição) de provisão para perdas	(24)
Saldo final	**(24)**

(¹) Data de início das atividades.

i) Direitos creditórios recebidos a identificar

O saldo na rubrica "Direitos creditórios a identificar" no valor de R$ 52 apresentado no passivo, corresponde a direitos creditórios liquidados pelos devedores, cuja conciliação está pendente pela administradora.

6 Gerenciamento e controles relacionados aos riscos

a) Tipos de risco

Riscos de mercado

Flutuação de preços em virtude de fatores de mercado: Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio líquido e, consequentemente, a prejuízos a seus cotistas.

Descasamento de taxas: O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em direitos creditórios, cujas remunerações poderão estar atreladas a indexadores diversos, podendo, inclusive, ser pré-fixadas, e em ativos financeiros. A administradora, a gestora, o custodiante, o cedente, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

Risco de liquidez

A natureza deste Fundo traz, naturalmente, maior risco de liquidez aos cotistas, tendo em vista que o investimento preponderante é realizado em direitos creditórios de baixa liquidez no mercado secundário. Ademais, diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a maior risco de liquidez dos direitos creditórios e demais ativos detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às suas despesas e/ou amortização de suas cotas. Nestes casos, poderá ser necessária a venda principalmente em relação aos direitos creditórios, mas também dos demais ativos da carteira, por valores inferiores ao que normalmente seriam transacionados. Além disso, caso seja

NÃO AUDITADO

necessário e os cotistas não aportem novos recursos no, além da potencial venda antecipada, a falta de recursos poderá exigir que o pagamento aos cotistas seja realizado com a entrega dos direitos creditórios, e/ou dos demais ativos.

Risco de concentração

Considerando que a política de investimento do Fundo possibilita exposição significativa de concentração em poucos ativos e poucos emissores ou até em um mesmo ativo e/ou um mesmo emissor. Alterações da condição financeira de um emissor, alterações na expectativa de desempenho/resultados deste e da capacidade competitiva do setor investido podem, isolada ou cumulativamente, afetar adversamente o preço e/ou rendimento dos ativos da carteira do Fundo e dos fundos investidos. Nestes casos, a gestora, na qualidade de gestora do Fundo ou dos fundos investidos, conforme o caso, podem ser obrigadas a liquidar os ativos financeiros da carteira do Fundo ou dos fundos investidos a preços depreciados, podendo, com isso, influenciar negativamente o valor da cota do Fundo e/ou dos fundos investidos. Este Fundo está exposto a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.

Adicionalmente, cumpre destacar que o Fundo não está sujeito aos limites de concentração estabelecidos na Resolução CVM nº 175. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Se os devedores ou coobrigados dos ativos não honrarem com os seus compromissos, o Fundo poderá sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

Risco de alocação

A gestora pode examinar oportunidades de investimento que interessem, simultaneamente, a mais de um fundo de investimento sob sua gestão. Nessa hipótese, caberá à gestora definir, discricionariamente, a forma de alocação de tais oportunidades, as quais não serão, em certas situações, exploradas integral ou exclusivamente pelo Fundo.

Garantias dos direitos creditórios

Na hipótese de inadimplemento do direito creditório, não sanado no devido prazo, as eventuais garantias vinculadas a tal direito creditório (i) podem não ser suficientes para satisfação do crédito inadimplido, (ii) podem não ser exequíveis e/ou não possuir liquidez adequada e/ou o prazo para realização das mesmas, em caso de execução das garantias, pode ser demasiadamente longo.

Adicionalmente, reitera-se que a gestora poderá sempre adquirir ativos sem qualquer garantia, fato que poderá tornar a recuperação de eventual ativo inadimplido ainda mais difícil.

Risco de crédito

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em direitos creditórios, dependerá da solvência dos respectivos devedores para distribuição de rendimentos aos cotistas. A solvência dos devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação e baixos

NÃO AUDITADO

índices de crescimento econômico. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos direitos creditórios, com possíveis reflexos negativos nos resultados do Fundo e, eventualmente, na rentabilidade das cotas.

Cobrança judicial, arbitral e extrajudicial

No caso de os devedores inadimplirem as obrigações de pagamento dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial, arbitral e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, porém, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, com a recuperação do total dos valores inadimplidos para o Fundo.

Risco de descasamento de taxas

O Fundo aplicará a disponibilidade financeira primordialmente em direitos creditórios. Em vista que o valor das cotas sêniores e cotas subordinadas mezanino serão atualizados de acordo com as metas de rentabilidade prioritária atreladas, conforme estabelecidas em cada suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno: (i) dos direitos creditórios e dos ativos financeiros integrantes da carteira, e (ii) das cotas sêniores e das cotas subordinadas.

Risco de patrimônio líquido negativo

Nos termos do inciso I, do artigo 1.368-D, do Código Civil Brasileiro e da Resolução CVM nº 175, a responsabilidade dos cotistas de um fundo de investimento pode ser limitada ao valor das cotas por eles detidas. Uma vez que se optou por limitar sua responsabilidade no regulamento, e na medida em que o valor do patrimônio líquido do Fundo seja insuficiente para satisfazer as dívidas e demais obrigações do Fundo, a insolvência do Fundo poderá ser requerida judicialmente, conforme previsto no regulamento e na regulamentação aplicável.

O regime de responsabilidade limitada dos cotistas e o regime de insolvência dos fundos são inovações legais recentes que ainda não foram sujeitas à revisão judicial. Caso seja solicitada a declaração de insolvência do Fundo, e a responsabilidade limitada dos cotistas seja questionada em juízo e/ou perante a CVM, poderá haver decisões desfavoráveis que podem afetar o Fundo e os cotistas de forma adversa e material.

Risco decorrente da ausência de políticas de concessão de crédito e de cobrança previamente definidas no regulamento

Em razão da possibilidade do Fundo adquirir direitos creditórios de diversos cedentes de diversos segmentos e, consequentemente, da decorrente possibilidade de uma multiplicidade de devedores, os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo podem ter sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos e, por esta razão, não se estabeleceu no regulamento uma política de concessão de crédito prévia e uniformemente definida, já que os direitos creditórios podem ser originados de políticas de concessão de crédito distintas decorrentes das práticas de cada cedente. Além disso, em razão do processo de originação dos direitos creditórios decorrer das práticas de cada cedente, o Fundo poderá adotar diferentes estratégias e procedimentos de cobrança em virtude do perfil de cada operação.

NÃO AUDITADO

Insuficiência de recursos no momento da liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser antecipadamente liquidado conforme o disposto no regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos direitos creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos devedores. Neste caso, o pagamento aos cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos devedores das parcelas relativas aos direitos creditórios do Fundo; (ii) à venda dos direitos creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o patrimônio líquido; ou (iii) ao resgate de cotas em direitos creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco decorrente do apreçamento dos ativos

O apreçamento dos ativos integrantes da carteira deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das cotas.

Risco de coinvestimento

O Fundo poderá coinvestir com outros fundos e/ou veículos geridos/administrados ou não por afiliadas da administradora e/ou da gestora, os quais poderão ter participações maiores que as do Fundo nos direitos creditórios. O coinvestimento envolve riscos adicionais que podem não estar presentes em investimentos onde um coinvestidor não está envolvido, incluindo a possibilidade de que um coinvestidor ou coinvestidores venham a tomar decisões (sozinho ou em bloco) ou tenham interesses ou objetivos que são diferentes daqueles do Fundo, inclusive devido a dificuldades financeiras ou outras formas de conduta que afetem o seu comportamento, resultando em um impacto negativo sobre tal investimento.

Risco de coinvestimento – coinvestimento por determinados cotistas

O Fundo poderá, na forma prevista no regulamento e observado o disposto na regulamentação aplicável, inclusive em relação a potenciais conflitos de interesses e seus formatos de tratamento, coinvestir nos direitos creditórios com cotistas e/ou outros fundos e/ou veículos geridos/administrados pela administradora e/ou da gestora. Em caso de coinvestimentos com cotistas, os cotistas devem estar cientes de que o fato de determinados cotistas participarem de coinvestimentos não faz com que necessariamente todos os cotistas tenham as mesmas oportunidades, tendo em vista as características particulares de cada situação e estrutura, as condições comerciais envolvidas, dentre outros fatores.

Risco da propriedade de cotas

A propriedade das cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre os ativos da carteira. os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado.

NÃO AUDITADO

b) Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência da administradora e da gestora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

O controle do risco de mercado é baseado em cenários na perda máxima aceitável, de modo a evitar que se incorra em risco excessivo, mediante a análises qualitativas e quantitativas, que considerem fatores como cenários de estresse, avaliação da equipe de gestão, processo de investimento, consistência na performance e gerenciamento de risco, bem como por meio de constante monitoramento. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento.

A avaliação do risco de crédito é efetuada administradora, através o monitoramento prospectivo e retrospectivo dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo não poderá realizar operações com derivativos, nem mesmo com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial.

No período de 19 de dezembro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026, o Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

8 Evolução do valor da cota e rentabilidade

A evolução do valor da cota e sua rentabilidade, comparada com a variação do *benchmark*, e o patrimônio líquido médio foram as seguintes:

Cota subordinada	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido médio
De 19/12/2025 ([1]) a 28/02/2026	1.357,883065	35,79%	2.219
Em 19/12/2025	1.000,00000		

Cota sênior	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Benchmark CDI + 3,50 % a.a.	Patrimônio líquido médio
De 19/12/2025 ([1]) a 28/02/2026	1.032,138535	3,21%	3,21%	46.875
Em 19/12/2025	1.000,00000			

NÃO AUDITADO

([1]) Data do início da subclasse de cotas.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

9 Emissões, amortizações e resgates de cotas

a) Características das cotas

As cotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio líquido. O Fundo será de Classe Única, considerando os termos da Resolução CVM nº 175 e as disposições da CVM acerca das regras de transição, adaptação e vigência da referida normativa e determinados dispositivos específicos.

As cotas poderão ser divididas em cotas sêniores, subordinada mezanino e subordinada júnior.

As cotas sêniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas;
- Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate; e
- Direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá a um voto.

As cotas subordinadas mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- Prioridade de amortização e/ou resgate somente em relação às cotas subordinadas júnior;
- Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate; e
- Direito de votar em direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota subordinada mezanino corresponderá a um voto.

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- Subordinam-se às cotas sêniores e cotas subordinadas mezanino para efeito de amortização e resgate;
- Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas sêniores e cotas subordinadas mezanino em circulação;
- Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate; e
- Direito de votar em direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota subordinada júnior corresponderá a um voto.

NÃO AUDITADO

b) Emissões e integralizações de cotas

A integralização de cotas poderá ser realizada: (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito e crédito na conta corrente do Fundo, Transferência Eletrônica Disponível – TED; (ii) qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen; e (iii) por integralização em ativos nos casos previstos no regulamento.

A integralização de cotas sêniores e cotas subordinadas mezanino pode ser feita em direitos creditórios e/ou ativos, desde que seja elaborado laudo específico de avaliação dos direitos creditórios que necessitem deste para fins de apuração do valor de mercado para a integralização, nos termos do Manual de marcação da administradora. Nos casos em que seja permitida a integralização em ativos, deverão ser observados os parâmetros estabelecidos no regulamento, conforme o caso, na apuração do valor dos direitos creditórios a serem empregados na integralização.

É permitida a emissão de novas cotas do Fundo apenas por deliberação da assembleia de cotistas, salvo emissão de novas cotas por decisão estratégica do gestor.

As emissões estão assim representadas:

Subclasse de cotas	De 19/12/2025 (¹) a 28/02/2026	
	Quantidade	**R$**
Cota sênior	70.912,580678	71.726
Cota subordinada	5.291,111190	5.977
Total	**76.203,691868**	**77.703**

(¹) Data de início das atividades do Fundo.

c) Amortização e resgate de cotas

O resgate final das cotas apenas poderá acontecer com o término do prazo de duração do Fundo ou da sua liquidação.

O resgate final e/ou a amortização de cotas subordinadas mezanino e/ou das cotas subordinas juniores poderá ser realizado com a entrega em ativos:

- Por deliberação da assembleia de cotistas, nos termos do art. 44, § 3º, inciso IV, da parte geral da Resolução CVM nº 175;
- Por deliberação da assembleia de cotistas de que trata o artigo 126, da parte geral da Resolução CVM nº 175; e
- Pelo exercício do direito de dissidência, nos termos do art. 55, parágrafo único, do Anexo Normativo II, sendo que no caso das cotas subordinadas mezanino, o direito de amortização e/ou resgate final somente poderá ocorrer caso o índice de subordinação não seja comprometido.

NÃO AUDITADO

A amortização de cotas subordinadas júnior somente será realizada após a amortização e/ou o resgate final das cotas sêniores e das cotas subordinadas mezanino, com exceção dos casos em que:

- A amortização não gere qualquer comprometimento do índice de subordinação, bem como observe e não compromete a Ordem de alocação de recursos e a reserva de amortização, resgate e caixa do Fundo; ou
- Os cotistas reunidos em assembleia de cotistas deliberem pela não liquidação do Fundo em função de ocorrência de hipótese prevista no regulamento e/ou na parte e os cotistas subordinados forem dissidentes da deliberação, desde que o Índice de Subordinação não seja comprometido.

No período de 19 de dezembro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2026, não houve amortização e/ou resgate de cotas.

d) Negociação das cotas

As cotas poderão ser objeto de transferências através de negociações privadas mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, sendo que as cotas somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas.

10 Custódia e tesouraria

a) Prestadores de serviços ao Fundo

Administração:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão:	Bless Capital Gestora de Recursos Ltda.
Custódia:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Tesouraria:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Escrituração de cotas:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Consultora especializada:	Sinai Brasil Serviços Financeiros Ltda.

b) Custódia dos títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos investidos.

c) Custódia dos direitos creditórios

O custodiante mantém a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios, recebe e verifica a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios.

11 Encargos do Fundo

Taxa de administração. A taxa de administração do Fundo, paga à administradora pelos serviços prestados ao Fundo, corresponde ao percentual anual de 0,10% ao ano, a ser calculado sobre o valor total do patrimônio líquido do Fundo, observado ainda, o valor mínimo

NÃO AUDITADO

mensal de R$ 9.

Taxa de gestão. A taxa de gestão do Fundo, paga à gestora pelos serviços prestados ao Fundo, corresponde ao percentual anual de 0,10% ao ano, a ser calculado sobre o valor total do patrimônio líquido do Fundo, observado ainda, o valor mínimo de R$ 8,5.

Taxa de custódia. A taxa de custódia do Fundo, a ser paga ao custodiante pelos serviços prestados, corresponde ao valor fixo mensal de R$ 1.

A taxa de distribuição e escrituração do Fundo estão englobadas na taxa de administração.

As taxas são pagas, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, são calculadas de forma linear e provisionada todo dia útil, à base 1/252 e são reajustadas anualmente, pela variação positiva do IPCA do período.

Taxa de consultoria. A taxa de consultoria do Fundo, paga à consultora especializada pelos serviços prestados ao Fundo, corresponde ao percentual anual de 0,5% ao ano, a ser calculado sobre o valor total do patrimônio líquido do Fundo, observado ainda, o valor mínimo de R$ 5.

As taxas são pagas, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, calculada de forma linear e provisionada todo dia útil, à base 1/252 e é reajustada anualmente, pela variação positiva do IGP-M do período.

O Fundo não realiza cobrança de taxa de performance, distribuição e/ou de qualquer taxa de saída ou taxa de ingresso.

As despesas com os prestadores de serviço foram as seguintes:

	De 19/12/2025 (¹) a 28/02/2026
Taxa de gestão	(16)
Taxa de consultoria	(16)
Taxa de administração	(11)
Taxa de custódia	(1)
Total	**(44)**

(¹) Data de início das atividades do Fundo.

12 Classificação por agência classificadora de risco

O item V do artigo 13 do Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175/22 estabelece que a contratação de agência classificadora de risco é obrigatória somente nos casos em que a subclasse de cotas sêniores seja distribuída ao público em geral. Para as demais hipóteses, essa contratação é facultativa. Por esse motivo, as cotas do Fundo em questão não são avaliadas por agência classificadora de risco.

NÃO AUDITADO

13 Outros serviços prestados pelo auditor independente

Conforme dispõe o artigo 69, parágrafo único, da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, a auditoria das demonstrações financeiras não é obrigatória para fundos e classes em atividade há menos de 90 dias.

Considerando que o início operacional do Fundo ocorreu em 19 de dezembro de 2025 e o encerramento do exercício social em 28 de fevereiro de 2026, há dispensa de apresentação de parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais com risco de perda provável e/ou possível contra o Fundo quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer contra a administração do Fundo.

15 Legislação Tributária

Imposto de renda

a) Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

b) Cotistas

I) Imposto de renda

Conforme as alterações ocorridas na tributação de fundos de investimentos decretadas pela Lei nº 14.754/2023, e demais normativos vigentes, os rendimentos dos cotistas serão tributados conforme abaixo:

1. Fundo sujeito a regra geral

1.1 Longo prazo

Estes fundos são tributados em dois momentos:

- **Tributação periódica:** Ocorre nos meses de maio e novembro, em que são tributados à alíquota de 15% dos rendimentos auferidos desde (i) o primeiro aporte ou (ii) desde a última tributação; e

- **Data de distribuição de rendimentos, amortização ou resgate:** Em que são sujeitas as seguintes alíquotas:

    - 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;

NÃO AUDITADO

- 20,0% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- 15,0% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

1.2 Curto prazo

Estes fundos são tributados em dois momentos:

- **Tributação periódica:** Ocorre nos meses de maio e novembro, em que são tributados à alíquota de 20% dos rendimentos auferidos desde (i) o primeiro aporte ou (ii) desde a última tributação; e

- **Data de distribuição de rendimentos, amortização ou resgate:** Em que são sujeitas as seguintes alíquotas:

  - 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
  - 20,0% em aplicações com prazo acima de 181 dias.

2. Fundo não sujeito a regra geral

A regra geral não é aplicada para os seguintes fundos:

- Fundo de Investimento em Participações (FIP) enquadrados como entidade de investimento;
- Fundo de Investimento em Índice de Mercado enquadrados como entidade de investimento, com exceção dos ETFs de Renda Fixa;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios enquadrados como entidade de investimento com carteira composta de, no mínimo, 67% de direitos creditórios; e
- Fundo de investimento que invista, no mínimo, 95% do seu patrimônio líquido nos fundos acima citados.

Nestes casos, os fundos são tributados em apenas um momento:

- **Data de distribuição de rendimentos, amortização ou resgate:** Em que é sujeita à alíquota de 15%.

As regras tributárias acima descritas não se aplicam aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estarão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota do IOF será de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data da aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

Os cotistas isentos, imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas

NÃO AUDITADO

não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e ou IOF.

Decreto nº 12.499/2025 sobre IOF em Aplicações em FIDC

De acordo com o Decreto nº 12.499/2025, as aplicações em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) ficam sujeitas à incidência de IOF, à alíquota de 0,38%, aplicável nas emissões primárias de cotas.

16 Transações com partes relacionadas

Foram consideradas como partes relacionadas, a administradora ou as partes a ela relacionadas. Adicionalmente aos encargos do Fundo descritos na Nota Explicativa nº 11, o Fundo possui as seguintes transações com partes relacionadas:

a) Cotas de fundos

A administradora do Fundo também é administradora do seguinte fundo investido:

- ID RF Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo.

17 Alterações estatutárias

- Em 19 de dezembro de 2025, por meio de ato do administrador, foi aprovada a 1ª emissão de cotas da 1ª série sênior do Fundo, na forma prevista no suplemento que consta no anexo I, nos termos do artigo 8º da Resolução CVM n° 160.

- Em 20 de janeiro de 2026, por meio de ato do administrador, houve deliberação e aprovação da seguinte matéria:

  - ✓ aprovar a 2ª emissão de cotas da 1ª série subordinada júnior, nos termos do artigo 51 do anexo descritivo do regulamento do Fundo, que autoriza a emissão de novas cotas, independentemente de classe, subclasse ou série, a exclusivo critério do gestor e/ou cogestor, dispensada a convocação e deliberação em assembleia geral de cotistas.

- Em 28 de janeiro de 2026, por meio da assembleia geral extraordinária de cotistas, houve deliberação e aprovação das seguintes matérias:

  - ✓ a inclusão de novo parágrafo no artigo 28 do capítulo VI da parte geral do regulamento, que discorre sobre as regras de substituição e renúncia dos prestadores de serviços essenciais do Fundo, sendo intitulado como parágrafo 3°;

  - ✓ a substituição de prestador de serviços essenciais, na qual deverá ser observado o quórum qualificado de instalação e de aprovação necessários para validar a respectiva deliberação;

  - ✓ a alteração da redação do artigo 68 do capítulo XV da parte geral do regulamento, do qual expõe acerca da convocação de assembleia de cotistas;

NÃO AUDITADO

- ✓ inclusão de novo artigo e de seus respectivos parágrafos, no “Capítulo XV - Assembleia geral de cotistas" da parte geral do regulamento, sendo designado como artigo 69;

- ✓ a alteração do percentual do quórum qualificado exposto no parágrafo 2º do artigo 71 do capítulo XV, em que deverá contar com aprovação de percentual exato de cotistas das cotas subordinadas de subclasse juniores;

- ✓ inclusão de artigo denominado como “artigo 72", o qual determinará sobre quórum de instalação e de aprovação devidos a determinados temas;

- ✓ A consolidação do regulamento do Fundo; e

- ✓ a autorização para a administradora e gestora para praticarem os atos inerentes às deliberações postas.

- Em 05 de fevereiro de 2026, por meio do ato do administrador, foi aprovada a 2ª emissão de cotas da 1ª série sênior do Fundo, nos termos do artigo 51 do anexo descritivo do regulamento do fundo, que autoriza a emissão de novas cotas, independentemente de classe, subclasse ou série, a exclusivo critério do gestor e/ou cogestor, dispensada a convocação e deliberação em assembleia geral de cotistas.

- Em 24 de fevereiro de 2026, por meio da assembleia geral extraordinária de cotistas, houve deliberação e aprovação das seguintes matérias:

  - ✓ a ocorrência do evento de avaliação previsto no artigo 77, “d”, do regulamento do Fundo, uma vez que o índice de subordinação está abaixo do índice de subordinação mínimo, bem como a carteira de ativos está desenquadrado por mais de 15 dias;

  - ✓ nos termos do artigo 77 do regulamento, a assembleia geral deverá decidir (i) pela não liquidação do Fundo, aprovando um plano para solução da questão e manutenção do funcionamento do Fundo; ou (ii) que o evento de avaliação previsto no item acima constitui um evento de liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova assembleia; e

  - ✓ aprovação de 0% das cotas emitidas pelo Fundo, não tendo sido atingido o quórum mínimo necessário para a instalação da assembleia geral de cotistas, nos termos do regulamento.

18 Eventos subsequentes

- Em 13 de março de 2026, por meio da assembleia geral de cotistas, houve deliberação e aprovação das seguintes matérias:

  - ✓ aprovada a inclusão de taxa de performance, que passará a incidir sobre o Fundo e sobre cada subclasse, conforme o caso, e não apenas sobre os cotistas Subordinados, de modo que todos os cotistas do Fundo serão por ela onerados, aplicando-se sobre

NÃO AUDITADO

o resultado de cada subclasse de acordo com o critério de meta de remuneração inerente ao respectivo tipo, nos termos do regulamento ora consolidado;

- ✓ aprovada a inclusão de novos encargos no rol de encargos aplicáveis ao Fundo, com as consequentes alterações do regulamento, nos termos do regulamento ora consolidado, passando o Fundo a suportar os referidos encargos na forma e condições nele estabelecidas;

- ✓ aprovada a alteração das disposições relativas à competência de assembleia geral de cotistas, bem como das regras de quórum de instalação e dos quóruns de votação aplicáveis a determinadas deliberações, com as consequentes alterações do regulamento, nos termos do regulamento ora consolidado, observadas as disposições da Resolução CVM n° 175/22;

- ✓ aprovada a alteração das regras aplicáveis à substituição e/ou destituição de prestadores de serviços essenciais do Fundo, com as consequentes alterações do regulamento, nos termos do regulamento ora consolidado, em conformidade com as normas regulatórias aplicáveis;

- ✓ aprovação da contratação da N1 Consulting como consultora especializada adicional, para também prestar serviços de consultoria especializada ao Fundo, em adição à atual consultora especializada já contratada, fica a gestora desde já autorizada a celebrar:

    i. o contrato de consultoria especializada com a N1 Consulting com as tratativas e remunerações instruídas; e
    ii. os instrumentos necessários à formalização das alterações de remuneração e determinações comerciais instruídas pelos cotistas, inclusive eventuais aditivos ao contrato de consultoria da atual consultora ou novo consolidado, tudo nos termos e condições que a gestora entender adequados, observadas as deliberações da respectiva assembleia;

- ✓ ratificado expressamente o valor da taxa de distribuição do Fundo, com a consequente alteração do regulamento, nos termos do regulamento ora consolidado;

- ✓ consolidação da nova versão do regulamento, refletindo as alterações acima mencionadas; e

- ✓ Tendo em vista as deliberações acima, os cotistas autorizaram a gestora a:

    i. celebrar o contrato de consultoria especializada com a N1 Consulting, em nome do Fundo, nos termos e condições que a gestora entender adequados, observadas as deliberações da respectiva assembleia e as questões comerciais instruídas;
    ii. celebrar eventuais aditivos ao contrato de consultoria especializada com a atual consultora ou novo consolidado, inclusive para formalizar as alterações de remuneração e determinações comerciais instruídas pelos cotistas;

NÃO AUDITADO

iii. proceder com a alteração e consolidação do regulamento do Fundo e respectivo(s) anexo(s), conforme deliberado acima, providenciando todos os registros e comunicações necessários perante a CVM e demais órgãos e entidades competentes;
iv. praticar todos e quaisquer atos, celebrar todos e quaisquer documentos e adotar todas as providências que se fizerem necessárias ou convenientes para a plena efetivação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando a, assinar aditivos, termos, declarações e quaisquer outros instrumentos perante terceiros, órgãos reguladores e entidades autorreguladoras;
v. debitar do Fundo quaisquer despesas razoáveis incorridas em decorrência da implementação das deliberações ora aprovadas, de acordo com o estabelecido no regulamento do Fundo; e
vi. aproveita-se para realizar as alterações meramente formais regulatórias e de itens de tombamento necessárias ao atendimento das disposições da Resolução CVM n° 175/22, nos termos do regulamento ora consolidado.

19 Diretor e contador

David Rosset	**Igor de Carvalho Pimenta Fernandes**
Diretor	Contador CRC RJ – 124459/O

****

NÃO AUDITADO